

Karl Marx's Ecosocialism: Capitalism, Nature, and the Unfinished Critique of Political Economy

KOHEI SAITO

Nova York: Monthly Review Press, 2017. 308p.

Laura Luedy*

O livro publicado em 2017 pela *Monthly Review* e vencedor do prêmio do Memorial Isaac Deutscher apresenta os achados da pesquisa que Kohei Saito empreendeu em seu trabalho de edição do volume 18 da seção IV da segunda *Marx Engels Gesamtausgabe* (MEGA²). Publicado em 2017, esse volume reúne excertos e notas feitos por Karl Marx entre 1864 e 1872 e atesta o interesse do autor, no período de preparação de *O capital*, pelas ciências naturais de sua época.

Nos últimos quinze anos de sua vida, Marx produziu o equivalente a um terço de seus cadernos de estudos e, de fato, metade desse conjunto final trata de temas como biologia, química, botânica, geologia e mineralogia. O sentido de tal dedicação já fora associado, na literatura de comentário, à continuação de uma tradição filosófica de explicação materialista universal e, alternativamente, ao interesse pela questão econômico-política da teoria da renda da terra. O livro de Saito nos oferece uma terceira leitura possível desse fato, sugerindo que o interesse de Marx era consequência do paulatino desdobramento de uma dimensão ecológica em sua crítica da economia política.

Rejeitando acusações de que Marx propagara de maneira acrítica o ideal nocentista de domínio humano ilimitado sobre a natureza, Saito busca demonstrar não só que há um pensamento ecológico nos escritos deixados por aquele autor,

* Doutoranda em Sociologia pelo PPGS/IFCH-Unicamp. E-mail: lauraluedy@gmail.com

mas também que esse não é um aspecto esporádico ou marginal de sua produção. Tratar-se-ia, ele argumenta, de algo que tem caráter sistemático no contexto da obra de Marx e que guarda continuidade com sua crítica da economia política. A primeira parte do livro é dedicada à demonstração de que a crítica marxiana ganha gradualmente, de 1844 em diante, essa dimensão. Já nos *Cadernos de Paris* poder-se-ia reconhecer o germe de uma problemática ecológica na tematização da “unidade e da separação entre humanidade e natureza” – tese que remete, Saito frisa, não apenas ao contexto filosófico específico em que Marx estava inserido, mas fundamentalmente aos resultados dos seus primeiros estudos em economia política. Esse é o tema do primeiro capítulo. Saito mostra que já naqueles escritos Marx apontara o monopólio da terra como pressuposto necessário do trabalho alienado e da propriedade privada, evidenciando, com isso, que a relação entre humanos e terra – como um índice da relação entre produtores e condições objetivas de produção – já lhe aparecia como decisiva para compreender a especificidade do modo de produção capitalista. O *insight* econômico dessa proposição seria preservado por Marx em sua produção futura, mas não a terminologia filosófica a ela atrelada.

O segundo capítulo do livro mostra que Marx aproxima sua tese a respeito da “unidade e da separação entre humanos e natureza” dos debates científicos de sua época recorrendo, na esteira de outros pensadores sociais seus contemporâneos, ao conceito químico e fisiológico de “metabolismo” ou de “interação metabólica” (Stoffwechsel). Originalmente, o conceito se refere a processos de troca material na natureza. Especialmente a partir da escrita dos *Grundrisse* (1857-8), Marx emprestaria a ele uma formulação original, mobilizando-o para denotar sobretudo processos de ordem material mediados pela atividade consciente e proposital. Discriminando no “metabolismo entre humanos e natureza” tanto uma dimensão de necessidade intransponível, trans-sócio-histórica, quanto uma dimensão sócio-historicamente variável, na qual o metabolismo assume diferentes formas econômicas e seu conteúdo varia de maneira correspondente, Marx abriria para si duas frentes de trabalho: por um lado, apontar as diferenças qualitativas nesse metabolismo ao longo da história, apoiando-se na economia política, e por outro, investigar os limites dessa variação com base nas indicações oferecidas pelas ciências naturais.

A consecução dos trabalhos de Marx nesse sentido viria a provar, segundo Saito, que o potencial de crise imanente ao capitalismo se relaciona justamente com o desequilíbrio entre a dimensão trans-sócio-histórica do metabolismo e sua modulação sócio-histórica, especificamente moderna, a partir da separação radical entre trabalho e capital e da subordinação de todos os processos à valorização. O potencial de crise imanente ao capitalismo se relacionaria, em outras palavras, com a incapacidade do capital de dominar inteiramente a natureza. Marx indicaria bem cedo, por exemplo, que ao nível da reprodução do capital, quanto maiores se tornem as forças de produção, maiores são as demandas por renovação de ma-

térias-primas e auxiliares (capital circulante), de modo que a produção se torna mais instável, porque mais dependente de condições naturais.

No terceiro capítulo, Saito se dedica a argumentar que a teoria do valor, tal como consta em *O capital*, não se detém sobre uma dinâmica meramente formal, indicando também as implicações materiais que têm as determinações de forma econômicas. Defende o autor, nessa ocasião, que o trabalho abstrato – cujo dispêndio é, segundo a formulação de Marx, a única base do valor – tem uma ineludível dimensão fisiológica, material, e que, por isso, ele está necessariamente envolvido nas potencialidades e nos limites do metabolismo entre humanos e natureza, e atrelado a elementos da produção que não contam para sua dimensão formal. Saito pretende mostrar não apenas que tal diagnóstico é compatível com a teoria do valor de Marx, mas também que ele acenara nitidamente para isso ao tematizar, nos livros um e dois de *O capital*, o desperdício dos recursos naturais e a destruição da fertilidade da terra sob uma dinâmica de produção especificamente capitalista. Para além disso, o autor argumenta que há indícios de que Marx planejara aprofundar essas reflexões sobre os limites ecológicos do capitalismo no capítulo sobre a “renda da terra” do terceiro livro de *O capital*.

É justamente à defesa dessa hipótese que a segunda parte da obra é dedicada. Saito oferece, nessas páginas, uma interpretação do processo de trabalho daquele autor até cerca de 1870, sugerindo que, ao preencher seus cadernos de excertos e notas sobre ciências naturais, o interesse de Marx paulatinamente migrou da questão político-econômica da renda da terra (e especificamente de problemas referentes à “lei dos rendimentos decrescentes”) para questões da ecologia do século XIX. Ao longo dos anos, o reconhecimento de limites naturais à produção desenfreada ganharia crescente importância como organizadora dos recortes desses estudos. É esse o tema dos capítulos quatro e cinco da obra. Neles, Saito destaca, como fontes do diagnóstico de Marx a respeito dos limites naturais concretos, principalmente os trabalhos do químico agrícola Justus von Liebig e do botânico Karl Fraas, lidos e excertados por ele na década de 1860. Liebig defendera, desde 1862, a tese de que a moderna agricultura, orientada para o lucro imediato e organizada a partir de uma crescente divisão entre campo e cidade, corresponde a um “sistema de roubo” dos nutrientes que leva à exaustão dos solos e a limites à produção. Fraas, por sua vez, desde 1847 não só argumentara, de maneira similar, que os solos tendem a se desertificar com os altos graus de cultivo continuado, mas também documentara extensamente as mudanças climáticas locais ao longo da história por ação antropogênica.

Apoiado nessas interlocuções, Marx constrói uma dimensão ecológica de seu projeto que terminaria por se revelar fundamental. Saito conclui seu livro frisando que a análise marxiana aponta a estrutura e a dinâmica básicas do modo de produção capitalista como insustentáveis diante dos limites naturais e que, por isso mesmo, ela se provaria imprescindível para dar conta da atual crise ecológica global.